



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com as presenças dos Vereadores Paulo Frange na presidência, Eliseu Gabriel, Juscelino Gadelha iniciamos os nossos trabalhos. Esta é a 26ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente a ser realizada hoje, 16 de novembro de 2011.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Esta audiência é para tratar e discutir os projetos de lei conforme pauta publicada no Diário da *Folha de S.Paulo* do dia 11 de novembro; no *Diário de S.Paulo* do dia 14 de novembro e no Diário Oficial da Cidade dos dias 11, 12 de novembro de 2011.

O primeiro projeto da pauta é o PL 413/11 do Vereador José Rolim que dispõe sobre a concessão de alvará de execução de obras de demolição no Município e dá outras providências.

Tem a palavra o Sr. João de Paula, do gabinete do Vereador José Rolim que discorrerá sobre o projeto.

O SR. JOÃO DE PAULA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, meu nome é João de Paula e sou assessor jurídico do Vereador José Rolim.

O presente projeto de lei trata da concessão do Alvará de Demolição para obras superiores a 50m². É intenção do projeto que se normatize a distribuição ou a destinação do material inerte proveniente da demolição que hoje é despejado nas represas e até em áreas de mananciais. Inclusive nas regiões onde ocorrem as demolições por empresas não habilitadas ou não cadastradas pela Prefeitura eles são despejados nas periferias, no meio das ruas, etc.

Então, a ideia do projeto é que determine que só poderá ser concedido o Alvará de Demolição a partir do momento em que a empresa que fará a demolição já determine o destino desse material inerte proveniente da demolição. E que seja transportado somente por

empresas cadastradas na Prefeitura que também já informaram o local do destino desse material da demolição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Indago se algum Vereador ou alguém queira fazer algum comentário sobre o projeto.

Esse projeto do Vereador Rolim é muito interessante e importante para o Município de São Paulo. O que mais temos hoje em São Paulo são empresas demolindo casas velhas onde serão construídos prédios novos. A cidade nasce e morre todos os dias e não sabemos e ninguém sabe e nenhuma Subprefeitura sabe para onde vão esses resíduos.

Na verdade, depende das regiões. Na região Leste, no meio da mata que sobra ainda da região da Mata Atlântica as pessoas jogam nas laterais dos arruamentos que ainda não estão asfaltados e não deverão ser asfaltados até por imposição do meio ambiente. Passamos por lá e há uma quantidade enorme de entulho. Na região Noroeste da mesma forma, os subprefeitos que têm feito sobrevoos têm detectado esse tipo de situação. Há os entulhos jogados ao longo dessas rodovias. Na região de Perus também há esse tipo de situação detectada. Na zona Sudeste ocorre o mesmo.

Aqui, o Vereador Rolim pretende atrelar a concessão do alvará de execução com a destinação do produto dessa demolição, o que traria, com certeza, o mínimo do controle de fiscalização.

Não havendo mais nenhuma manifestação, fica encerrada a audiência pública do projeto do Vereador José Rolim.

Passemos ao PL 509/2011 do Executivo que institui o Plano Municipal de Habitação Social da Cidade de São Paulo.

Quem está presente como representante da Secretaria de Habitação? (Pausa)

Por favor, precisamos de sua identificação.

A SRA. TEREZA HERLING - Bom dia, meu nome é Teresa Herling, sou arquiteta, trabalho na Secretaria de Habitação da Cidade de São Paulo e coordenei o Plano Municipal de

Habitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Conversamos com a equipe técnica da Comissão de Política Urbana que o Executivo nos apresentasse esse projeto como ele se propõe encaminhar, lembrando que esse projeto ainda passa hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, mas temos antecipando no sentido de, pelo menos, tomar conhecimento. O projeto passará, no período da tarde, pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A SRA. TEREZA HERLING – Se os senhores quiserem, posso fazer uma apresentação no data show.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Há alguém de algum movimento na área de Habitação do Município que está presente?

Peço à assessoria que na próxima audiência pública desse projeto persistam no convite para que possamos também ouvir os representantes da população, se não trataremos o tema apenas em monólogo e não teremos a oportunidade de ouvir a sociedade.

Estamos tratando do PL 509/2011 e, em seguida, o terceiro e último é o PL 470/2011 do Executivo que institui o projeto estratégico de intervenção urbana do Parque de Eventos Expo São Paulo previsto no artigo 42 do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

A Sra. Tereza fará uma apresentação, mas gostaríamos de ver o projeto. Acho que não há nenhum projeto na Cidade de São Paulo mais importante do que esse ora em discussão.

Até me assustei dele estar na pauta com tão poucas figuras representativas dos movimentos sociais ou os movimentos de Habitação.

Enquanto aguardamos a senhora encontrar a apresentação, passaremos ao próximo projeto, assim podemos vislumbrar o que pretende a Cidade com o Plano Municipal de

Habitação Social.

Aliás, esse assunto ocupa mais ou menos 95% dos debates da Casa e causou estranheza não ter tantas pessoas presentes da sociedade organizada principalmente.

Passemos então ao PL 470/2011 do Executivo que institui o projeto estratégico de intervenção urbana - Parque de Eventos Expo-SP, previsto no artigo 42 do plano regional estratégico da Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá e estabelece suas diretrizes urbanísticas.

Peço à assessoria que nos informe quem do Executivo pode nos apresentar e está preparado para fazê-lo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Convidados foram os Srs.: Secretário Rubens Chammas, do Planejamento; Secretário Geral do Governo; Elton Zacarias, Secretário de Infraestrutura Urbana; Marcelo Cardinale Branco, Secretário Municipal dos Transportes; Jurandir Fernandes, Secretário dos Transportes Metropolitanos; Eduardo Jorge, Secretário do Verde e Meio Ambiente; Sr. Ricardo Pereira Leite, Secretário da Habitação; Otavio Okano, Presidente da Cetesb; Marcio Campos, da Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá; Coronel Wellington, Comandante do Policiamento da área Metropolitana e o Sr. Ricardo Fernando Barros, Chefe de Gabinete.

Sr. Ricardo, o senhor fala em nome do Subprefeito?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não tem nenhum material? Ok. Quem da Cetesb está aqui? Sra. Viviane?

Apenas o material do Vereador Juscelino, em que pese não ter quem fale do projeto da Cetesb, temos aqui uma relação publicada na internet: “áreas contaminadas e reabilitadas do Estado de São Paulo”. Quem fala especificamente sobre essa área, nessa região, gostaríamos de algumas informações, pelo menos, do solo contaminado.

Não havendo ninguém do Executivo que possa nos apresentar algo desse projeto,

o mesmo fica, portanto, sem audiência pública na data de hoje. Não dá para conduzir uma audiência pública sem nenhum representante do Executivo que possa nos responder. Primeiro as perguntas do ordenamento urbano e, segundo, a situação das contaminações e também do destino das pessoas retiradas das áreas, dentre elas, a própria Polícia Militar.

Aliás, gostaríamos de ouvir do Comandante da Polícia Militar para onde eles vão.

Então, o PL 470/2011, peço à assessoria da Comissão de Política Urbana que entre em contato com o Líder do Governo – que foi quem pediu a audiência pública no sentido de antecipar nosso conhecimento a respeito dele, pois está em pauta de votação na Câmara e, assim, possamos remarcar, encaminhar ofício e convites, inclusive, para toda a sociedade de Pirituba/Jaraguá no sentido de acompanhar o assunto. Em especial, aqueles atingidos com as obras.

Tem a palavra o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA - A informação da Secretaria é de que foi encaminhada para a Liderança do Governo para confirmação das presenças das pessoas hoje nessa audiência. Então, o convite passou pelas Secretarias.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Ligou e entregou na Liderança do Governo, as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, o PL 470/2011 fica sem a audiência pública de hoje.

Voltemos, então ao PL 509/2011.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Gostaria de dar uma satisfação, pois veio muita gente da região aqui, essa audiência foi marcada na sexta-feira, comunicada em cima da hora, e

fomos pegos de surpresa. No dia seguinte a sexta-feira era um feriado emendado, várias repartições não funcionaram, então, não tem cabimento marcar uma audiência desse jeito. Apesar de o Executivo não ter vindo, muitas pessoas da região vieram, lideranças importantes estão aqui.

Não é nossa responsabilidade, mas é muito ruim. Este projeto que foi feito, na verdade, era uma especulação que uma empresa estava fazendo um projeto e acabou num projeto de lei, que finalmente entrou na Câmara, mas o interessante é que o detalhamento poucas pessoas têm e é provável que boa parte do Executivo ainda não tenha estes detalhes, como tenho falado. Algumas informações eu tenho e estarei no meu gabinete e se vocês quiserem conversar mais tarde eu estarei lá. De qualquer maneira acho que a Câmara Municipal não tem esta responsabilidade por este problema e sim o Executivo que não compareceu numa audiência que eles mesmos não pediram para fazer.

Tenho certeza de que o Vereador Paulo Frange que preside a Comissão de Política Urbana e o Vereador Juscelino que também é desta comissão estão bastante chateados com esta situação. Mas, certamente marcaremos outra audiência pública amplamente convocada para todos estarem presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só lembrando que todo este processo tem um enorme peso e energia destinado a ele. É uma pena que a gente não consiga ter a oportunidade de um debate mais amplo. Saímos daqui e não viajo com dinheiro de Governo, fui sozinho a Barcelona conhecer como é que se implantava, quando pela primeira vez se discutiu este assunto. Depois, disseram que era Milão, o modelo exato e bom para São Paulo. Fui a Milão e tenho todas as notas e passagens que para mostrar. Estivemos em outros centros de convenções internacionais, nos dois últimos anos, para poder entender essa figura porque aqui havia uma enorme confusão de que em função disso estariam dando outro destino para o Anhembi, misturaram uma coisa com outra, não tem nada a ver uma coisa com outra.

Esperávamos ter este debate um pouco mais aberto e amplo, não tivemos oportunidade, vamos ver se agora tem a oportunidade de trazer os técnicos porque tem de ter um detalhamento e a população da região é envolvida com isso, conhece o assunto, quer ver isso andar, todos conhecem. Nenhum progresso vem sem sua conta e temos todo o interesse de discutir no sentido de proteger o mínimo e ter o mínimo impacto. Ainda mais a discussão de contaminações de solo, não podemos daqui a pouco estar tratando o assunto de lá do mesmo jeito que foi tratado o shopping Center Norte.

A imprensa decide e sentencia e depois fica parecendo que ninguém fez nada, que há duas décadas todos estão discutindo a história do lixo que foi depositado lá, depois quando acontece uma situação dessas fica na base...

O SR. ELISEU GABRIEL – Uma última palavra. Tenho certeza de que não vai acontecer como aconteceu lá, a região está mobilizada, setores importantes estão aqui e outros não puderam vir, a comunidade, a sociedade e a região estão muito presentes e isso vai ajudar a se ter um projeto muito melhor do que seria se não tivesse esta mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gostaria que as manifestações constassem das Notas Taquigráficas em que pese não estar valendo como audiência pública porque o Executivo não está presente, mas seria interessante ouvir as pessoas que têm interesse em falar para que guardem as Notas junto com o processo.

O SR. JUVENTINO OLIVEIRA SOUZA – Sou da região de Pirituba, Jardim dos Pinheiros, considerado como Sid Pinheirinho. No momento estamos um pouco chateados por um representante do Governo não estar presente numa audiência pública como o professor Eliseu Gabriel citou.

É inadmissível este tipo de coisa acontecer. O pessoal que veio não veio simplesmente para passear vieram participar de uma coisa importante, de um movimento importante, é o representante não esteve presente. Muitas pessoas deixaram seus trabalhos para vir participar desta audiência, então, fica o meu apelo. Para a próxima audiência, se

houver, espero que as decisões não venham ser tomadas na calada da noite e não termos resolvido nada.

O SR. PAULO – Bom dia. Temos acompanhado este caso pelo blog De Olho no Solo, acompanhamos uma audiência pública em Pirituba que o Sr. Margarido, da empresa, só faltou dizer que era um mar de rosas. Não é esse mar de rosas é só olhar no nosso blog que estamos acompanhando isso. Não tem só o solo contaminado, já há presença de contaminação do lençol freático e pasmem a Cetesb disse que só com uma terrinha resolvem isso. Esse passivo da poluição não pode ficar para a sociedade porque a cidade de São Paulo vimos, na questão do projeto do Vereador Rolim, o descarte de material de construção e outros e a cidade está passando pela quinta ou sexta reconstrução esse passivo não pode ficar.

Vemos a discussão da operação Lapa/Brás e outras operações urbanas e essas áreas são potencialmente contaminadas e quem tem de descontaminar, a lei é clara, é quem contaminou. Não pode depois sobrar para a sociedade. Ou quem vai lucrar com isso. Porque os caras querem trazer a conta para a sociedade, eles lucram e não chamam a gente para dividir os lucros: este é o capitalismo. Temos de respeitar as regras do capitalismo, lógico que ninguém vai fazer um investimento para não lucrar, mas também não podem jogar a parte do prejuízo para a sociedade.

A Cetesb tem de vir aqui dar resposta clara sobre isso porque ela está dizendo que só basta uma terrinha lá que resolve isso, não é assim estamos vendo a questão das contaminações como no Center Norte e outros locais de São Paulo e na grande São Paulo e não podemos achar que essa área também sofra com isso e depois recai tudo sobre a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Cipriano.

O SR. CIPRIANO GOMES – Sou da Associação Comercial de São Paulo, Distrital Pirituba. Nós temos discutido muito o projeto, inclusive o Paulinho falou sobre o Margarido, ele esteve na Associação Comercial e nós só temos uma vaga ideia do que é o projeto.

Vimos hoje, o nosso pessoal de Pirituba veio para ver a apresentação do projeto porque não temos ideia. Queremos ver da possibilidade da Mesa, da presidência, no caso, passar aos presentes esse tipo de projeto, como ele vai ser desenvolvido, aonde, quais as áreas que tomba, como V.Sa. cita quanto à escola de formação de soldados, sobre o batalhão que lá está. Queremos ter acesso ao projeto. Se for possível, gostaríamos. Isso até através da Folha Noroeste, é para termos um conhecimento mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Há mais alguém que queira usar a palavra? (Pausa). Esse mecanismo nosso de audiências públicas, de Padre Anchieta para cá nós evoluímos muito pouco. Temos tentado a figura do rádio, insistimos. Gastamos dinheiro com televisão, com outros veículos de comunicação e nada é tão barato e chega tão perto das pessoas como o rádio, anunciar no rádio porque aquela pessoa que está lá no cantinho da cidade se ouvisse falar que hoje iríamos falar sobre habitação de interesse social – e não é o caso de vocês – e estivesse trabalhando num posto de gasolina ouvindo um radinho de pilha, ele viria porque é a casa dele que vai ser discutida, mas não temos esse veículo. E a nossa TV é a cabo e nem todos têm. Falta ainda esse mecanismo. Estamos tratando o assunto com o Presidente Police Neto, que é uma pessoa sensível, lúcida, preparada, com certeza daqui a pouco chamaremos por rádio. O Diário Oficial, eu tenho certeza, poucos leem, e as publicações nos grandes jornais, a letra é tão miúda, não se procura todos os dias. Ninguém se preocupa em ler o que está acontecendo. Queremos ler as notícias.

Por favor, tem a palavra.

O SR. NELSON – Sou da Associação Comercial de São Paulo, coordenador do Natal Iluminado da Noroeste. Lamento muito o não comparecimento de mais pessoas porque quando tivemos a abertura do local tivemos todos os líderes do governo como: Marcos Cintra, CETESB, São Paulo Turismo, todos estiveram na abertura. E hoje a Casa está totalmente vazia, sem comunicação. Temos aqui o jornal *Folha Noroeste*, líder do bairro, não teve a oportunidade de fazer aclamação no jornal porque foi em cima. A CETESB, por exemplo, nós

tivemos o problema, os militares, não tivemos ninguém. Solicitamos porque são cinco milhões de metros quadrados, são 200 alqueires. É uma fazenda, é um local destinado a uma coisa muito grande, e a Casa está vazia.

Solicito que a comunicação fosse antecipada, para que tivéssemos todas as pessoas e representantes do Verde, do Meio Ambiente, o Eduardo Jorge não compareceu e naquela audiência, na abertura estavam todas as pessoas.

Temos a participação importante do Vereador Eliseu Gabriel que tem cumprido com as exigências nossas, com as solicitações. Infelizmente, verificamos que a Casa hoje está vazia. Esperamos que o pessoal esteja aqui. Não adianta falar que o solo está contaminado se não temos a pessoa da CETESB para responder isso ou aquilo.

Muito obrigado.

(Palmas)

A SRA. MÔNICA CARABOLANTE TRAVITSKY – Eu sou Coordenadora do Comitê de Política Urbana da Associação Comercial de Pirituba, região Noroeste, e conselheira municipal de política urbana. Sou moradora da região há muitos anos. Estamos relativamente organizados, acompanhando muito de perto o projeto. Estão presentes algumas lideranças que estão acompanhando. Procuramos fazer na Associação Comercial um fórum de debates sobre a vinda desse Centro de Convenções.

Entendo que a maioria aprova, porém estamos tomando cuidado com o local da nossa moradia. Queremos que o local da nossa moradia se desenvolva com muita sustentabilidade, não só quanto ao meio ambiente, mas no viário, no social, enfim, em todos os setores que podem sofrer impacto negativo. Os positivos, queremos, nós pretendemos aproveitar, vamos nos preparar para aproveitar. E da parte negativa, nesse fórum que fizemos com as lideranças desses segmentos, chegamos a um documento que vai ser apresentando na Associação Comercial, com todas as lideranças.

Gostaria de solicitar por meio do Vereador, do professor Eliseu Gabriel, se fosse

possível até para resolver antes do Natal, já que está marcado para dia 29.11, se for possível uma audiência pública nessa reunião, se for possível, se der em termos de cronograma, para apresentarmos tudo o que levantamos que entendemos necessário para minimizar o impacto negativo.

Essa é a solicitação que venho fazer. Todos os líderes presentes, eu acredito que devem concordar com a minha solicitação.

Muito obrigada a todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Lembro a todos que o projeto passará obrigatoriamente por duas comissões, no mínimo, oficiais para que possa prosperar sem o risco de nulidade lá na frente. Aqui na Câmara, o Vereador Eliseu tem participado, temos feito muito mais, a nossa ideia é discutir à exaustão para que caminhe o mais limpo, com o mínimo de impacto negativo para a sociedade. Podemos fazer tantas audiências quantas forem necessárias, o que não pode é deixar de passar pela comissão de mérito, pela Comissão de Política Urbana, não pode deixar de passar pela Comissão de Justiça, que é quem discute se tem legalidade, constitucionalidade. Passa também pela Administração Pública, muitas vezes faz-se audiência junto com outra comissão. Enfim, temos oportunidade de repetir duas, três vezes, de repente, pode ser uma discussão só sobre o meio ambiente, não há problema, chamamos o Verde e mais CETESB para discutir somente um aspecto. Só sobre o Transporte da região, nós podemos “fatiar” porque o projeto é grande demais. Fiquem à vontade, solicitem tantas quantas for necessário, o importante é ter o máximo de esclarecimento do projeto.

O SR. ELISEU GABRIEL – Completando, eu acho importante, Paulo, o vigor da comunidade, da sociedade, isso ajuda muito as coisas darem certo. De certo modo, pressiona democraticamente o Parlamento para que tomemos atitudes mais adequadas à sociedade.

Quanto à audiência pública, vamos estudar a possibilidade porque não adianta marcar outra e as pessoas que tem as informações não comparecerem. Eu, por mim, teria

como marcar. Sou Presidente da Comissão de Administração Pública; o Paulo da Comissão de Política Urbana; então poderíamos marcar audiências. Eu marco uma e ele outra, ou conjunta. O grande problema é o que aconteceu hoje, é saber se teremos alguém que nos traga informação detalhada que possa ajudar à população. Se conseguirmos, marcaremos ou escolhemos outra data.

A SRA. SUELI APARECIDA GOMES GARCIA – Bom dia. Represento a Associação dos Moradores Jardim dos Pinheiros, que é a localização mais afetada, até o momento, em relação ao Expo São Paulo.

Como o senhor disse, Sr. Presidente, seria um monólogo. Mas o senhor viu que a sociedade aqui está organizada. Então, pedimos isso para o senhor, senão realmente seria um monólogo, porque é uma falta total de responsabilidade, uma falta de educação, inclusive, para com as pessoas. Porque como o Professor Eliseu Gabriel citou, nós nos reviramos para descobrir essa audiência na sexta-feira, quando tivemos essa informação.

Uma publicação de Diário Oficial numa sexta-feira como ele bem colocou, dentro de um feriado, depois no início do próximo dia útil, é um desrespeito com todos nós, com a sociedade. Como que essa organização pode pensar que essas pessoas convidadas teriam a condição de estar aqui hoje para nos apresentar?

Concordo plenamente com o senhor que neste momento o melhor a ser feito é cancelar, porque mostra o total despreparo dos órgãos que foram convidados para trazer para nós. Não só pela falta de tempo, mas pela falta de objetividade para apresentar para nós.

Como o Presidente bem falou, gostaríamos de participar dessas pequenas comissões. Temos conversado direto com o Vereador Eliseu Gabriel.

Como a Mônica disse, queremos participar, não vir aqui para criticar. Queremos ver as partes positivas também, quando elas forem apresentadas podemos valorizar.

A nossa região é totalmente esquecida pela Cidade. Todos pensam que Pirituba é fim da Cidade, mas não somos assim. Somos uma sociedade organizada que numa sexta-

feira, em pleno feriado, ainda conseguimos trazer aqui essas pessoas. Todos que estão aqui são sim envolvidos como Expo São Paulo.

Então, Sr. Presidente, gostaria de pedir a esta Casa que pudéssemos ter acesso a essas comissões. Uma conversa com vocês, o conhecimento de cada uma dessas comissões para que pudéssemos ter um elemento bom para a Cidade. E que realmente a sociedade, a comunidade fosse ouvida.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, parabéns, assim será feito. Portanto, fica para os registros.

Passemos ao Projeto, os senhores estão convidados a ver conosco, porque envolve habitação de interesse social na Cidade, é o Plano Municipal de Habitação, um dos projetos de maior alcance social que estamos tratando aqui.

Anuncio a presença do nosso Secretário da Habitação Dr. Ricardo Leite.

Temos um carinho especialíssimo pelo senhor. A arquiteta Teresa ia fazer uma apresentação do projeto, mas o Sr. Ricardo o fará.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Pereira Leite, Secretário Municipal da Habitação.

O SR. RICARDO PEREIRA LEITE – Bom dia a todas e a todos. Queria dizer que para nós da habitação esse é um dia histórico. Quando a Câmara aprovou o Plano Diretor estabeleceu naquela legislação que deveríamos ter um Plano Municipal da Habitação. Desde então, os técnicos da Prefeitura, da Secretaria Municipal da Habitação dedicaram-se a elaborar esse plano. Como ele estava previsto no Plano Diretor existia até uma corrente que dizia que não precisaríamos transformá-lo numa lei porque já estava previsto em outro plano.

Mas, achamos que o assunto é de tão grande importância que merece sim ser tratado, discutido e ter a força de uma lei. Uma lei serve para organizar e regulamentar uma situação, organizar de acordo com a vontade da sociedade. Esse plano foi feito com alguns conceitos diferentes. Primeiro, foi conduzido de forma a capacitar e a estruturar. A Secretaria

Municipal da Habitação como executora do plano independente de quem fosse o governante da Cidade. Então, a equipe hoje da Secretaria está aparelhada e capacitada para conduzir esse plano da maneira como for aprovado. Contou com a colaboração de especialistas muito renomados como o Seade, Cities Alliance e o Banco Mundial. São entidades, instituições apartidárias técnicas que colaboraram e possibilitaram que ele fosse feito de uma maneira estruturada.

É um plano de longo prazo. Sabemos que a ansiedade das pessoas, mesmo daquelas que não têm problema habitacional, que teoricamente já têm o seu problema habitacional resolvido é muito grande, porque esse não é um problema que a Cidade quer ter. Precisamos resolver isso. A Teresa vai apresentar para vocês, hoje há três milhões de pessoas morando em assentamentos precários sem infraestrutura e sem esgoto no Município. Essas pessoas despejam esgoto nos rios e levam aos reservatórios de onde tiramos a água que bebemos. Mesmo quando não há o problema habitacional estamos sendo afetados por ele.

Desenvolvemos esse plano ao longo de cinco anos. Vocês verão que é um plano estruturado e já fizemos audiências públicas em todas as Subprefeituras, demos notícia e nos acompanhou tanto o Conselho Municipal da Habitação que é um conselho democraticamente eleito quanto o Ministério Público. Agora teremos a oportunidade de debater e transformar em lei na Câmara Municipal que é a entidade que representa a sociedade como um todo.

Recebi vários *e-mails* tão logo o projeto foi encaminhado para a Câmara Municipal de São Paulo de técnicos da Secretaria emocionados até com o fato de estarmos iniciando esse debate para transformar em lei. Portanto, para nós esse é um dia histórico. Fiz questão de vir aqui, Vereador. Agradeço sua acolhida porque tenho certeza de que hoje estamos dando mais um passo importantíssimo em benefício da qualidade de vida dos cidadãos paulistanos.

A Teresa vai explicar o conceito e o que o plano prevê. Espero que todos possam de maneira madura, de maneira técnica, sem partidarismo, sem paixão, já que isso é um problema da Cidade e não de um governo, colaborar com os cidadãos menos favorecidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de passar a palavra à Sra. Teresa peço ao Marquinhos para que a TV se atente a essa exposição, pois é uma forma de termos depois cópia desse material e repassar às pessoas que muitas vezes não têm oportunidade de estarem conosco.

O percentual da população que tem TV a cabo é muito pequeno e, muitas vezes, o que tratamos aqui não os interessa. Aliás, esse é um tema que, para quem tem TV a cabo, não tem o menor interesse, porque com certeza moram no Morumbi, Perdizes, Pinheiros e não precisam de habitação de interesse social. A população que precisa e tem muito interesse, com certeza, não vai ter acesso. E a nossa TV pode muito bem fazer essa gravação e algumas cópias em CD, para que as pessoas possam ver nas suas regiões.

Aproveito, Ricardo, para agradecer a sua presença que traz o simbolismo da importância desse projeto. A documentação mostra o número de famílias, que são contempladas ao longo desse plano realmente corajoso e arrojado. Não é um plano de curto prazo, mas de curto, médio e longo prazo à altura da cidade de São Paulo.

Lembro que estamos apresentando o Plano Municipal de Habitação Social da Cidade de São Paulo. Esse talvez seja o mais importante projeto dos 15 anos que estou aqui na Câmara.

Vamos aguardar um minuto para que possamos ter essas imagens. Enquanto isso, Tereza, se você quiser fazer algum comentário, tem a palavra.

A SRA. TEREZA – Vou fazer uma apresentação em cima desse texto que a Câmara recebeu, o que visa facilitar depois a análise do texto. Lembro que esse plano vai de 2009 a 2024, então ele abrange a ação da Prefeitura em quatro quadriênios, ou seja, quatro períodos de gestão pública e está alinhado com os planos nacional e estadual de habitação.

- A Sra. Tereza passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. TEREZA – Os princípios básicos levantados para este plano fazem parte do plano diretor: moradia digna; justiça social; sustentabilidade ambiental como direito à

Cidade; gestão democrática e gestão eficiente dos recursos públicos.

Com base nesses cinco princípios foram traçadas diretrizes e metas para o nosso plano municipal. Todos os princípios e diretrizes encontram-se no capítulo um do plano, só para citar, como gestão democrática já temos instituído, desde 94, o Fundo Municipal da Habitação com o seu Conselho e que, a partir de 2001, se transformou num Conselho mais ampliado, cujos membros são eleitos democraticamente pela sociedade. É composto de 48 membros que participaram da elaboração desse plano em duas gestões, quando foi criado um grupo de trabalho e também apresentado e votado em plenárias abertas.

Para quem não conhece, a Secretaria Municipal de Habitação construiu uma série de instrumentos de planejamento que culminaram na elaboração do plano. Então o plano não é simplesmente uma peça técnica elaborada por uma consultoria de fora, mas é, como disse o Secretário, um processo que foi instaurado com os funcionários que instituíram basicamente dois instrumentos de planejamento. O sistema de informações habitacionais, o Habisp que é um sistema de informações on-line via Web, todos acessa informações por Internet. Qualquer um pode entrar na Internet, e saber quantas favelas existem em São Paulo, qual é a situação de risco de cada uma delas de infraestrutura, vulnerabilidade social e também o que vem sendo feito em termos de projetos, de obras, de atendimento. O Plano Municipal está como documento acessível nesse site www.habisp.inf.br. A partir desse sistema de informações foi possível a Prefeitura do Município de São Paulo, conhecer o problema da habitação em termos de favela, de loteamentos irregulares, de cortiços, de favelas que já tinham sido urbanizadas que chamamos de núcleo urbanizados e com esse panorama geral, a Secretaria de Habitação, decidiu instituir um outro instrumento de planejamento que é o sistema de priorização de intervenções. Esse sistema funciona com base em alguns indicadores, quatro indicadores, na verdade de infraestrutura, de incidência de área de risco geotécnico, vulnerabilidade social e saúde. A partir desses indicadores a Prefeitura do Município de São Paulo sabe qual é a melhor área, ou assentamento que é menos precário e vulnerável, e qual é aquele

assentamento que é mais precário e mais vulnerável. Com esse panorama geral temos em São Paulo cerca de 3000 mil assentamentos entre favelas, loteamentos e cortiços para que possamos fazer um planejamento desse tipo, teríamos de saber por onde começar. A regra foi começar, pelos que têm mais riscos, mais vulnerabilidade. Por isso fizemos esse retrato dos três assentamentos que correspondem cerca de três milhões de pessoas. A partir desse retrato geral começamos a aprimorar nosso sistema de planejamento. Temos aqui nesse mapa a indicação da região dos mananciais, na figura da esquerda tínhamos as sub-bacias hidrográficas com as intervenções de como eram feitas, anteriormente de maneira isolada e ai um terceiro passo, instituímos o Habisp, a priorização das intervenções, ai em um terceiro passo começamos a pensar de uma maneira mais integrada com outras intervenções. Essa é uma reivindicação da sociedade de muito tempo já. De como podemos fazer articulação com outras intervenções públicas. Agrupamos as intervenções que estavam ali em vermelho, isoladas, agrupamos em perímetros de ação integrada que são esses perímetros que vemos Alina figura da direita em amarelo, ocre. Tons mais escuros. De maneira que pudéssemos em um perímetro maior integrar nossas ações, com as ações da Secretaria do Verde para implantação de parques lineares, ou da Sabesp, para implantação de coletores troncos e rede de abastecimento de água. E ai então fazer uma integração maior em uma escala maior do bairro. Além de uma integração física procuramos estabelecer as redes sociais de apoio ao trabalho. O trabalho social hoje ele não se restringe mais a um assentamento, mas a um conjunto maior do bairro. A inclusão daquela família que está ali naquele assentamento precário, ela não vai se dá, simplesmente, naquele trequinho onde está sendo a intervenção. A inclusão social vai se dá em uma área bem maior com redes de apoio à geração de emprego e renda, a inclusão em equipamentos sociais, de educação. Todo o trabalho da Secretaria mudou radicalmente, de uma intervenção isolada e desarticulada, muitas vezes, o pessoal que trabalhava com favelas ia a campo encontrava pessoal de loteamentos ali em campo, de uma maneira desintegrada passamos a articular as ações internamente e externamente com outros

parceiros. Toda essa maneira nova de trabalhar, está descrita no capítulo II, então para quem for analisar agora o plano, isso está colocado no capítulo II. Temos o mapa de São Paulo com a divisão que vai abranger as seis regiões que dividimos o nosso trabalho na Sehab: As regiões: Norte, Centro, Leste, Sudeste a Sul e mananciais. O plano é composto de seis anexos que correspondem a cada uma dessas regiões. cada um desses anexos, contempla o mapa da situação atual, o mapa com os perímetros de ação integrada distribuídos ao longo dos quadriênios e uma planilha com cada um dos perímetros composto dos seus assentamentos, o valor que é necessário para regularizar ou urbanizar, ou em que quadriênio que esse perímetro será contemplado. Outra maneira de olharmos a cidade, em cima dessas seis regiões, foi agrupar esses perímetros por sub bacias para que a nossa intervenção habitacional tivesse um efeito na melhoria ambiental das nossas águas e portanto que tivesse um ganho de saneamento ambiental em consonância com o nosso plano municipal de saneamento, já aprovado por essa Casa. Realizamos todo um trabalho em consonância com o que estabelece o sistema nacional de habitação, e com o plano nacional e estadual, para casar nossas necessidades. Então fizemos um quadro do que seria a demanda. Esse aqui é o quadro geral dos nossos assentamentos precários. É melhor visualizado no Habisp, naquele sistema e aqui chegamos...

O SR. JUSCELINO GADELHA – Tereza, você está entrando que gostaria de debater. Peguei a região central, especificamente, a Mooca. Estou acompanhando a parte dos cortiços, junto com a Coordenadoria Jurídica de Sehab, sempre junto com a subprefeitura da Sé. Realizamos uma reunião uma vez por mês com a subprefeitura da Sé, junto com a subprefeitura da Mooca, para observarmos ações conjuntas para atuarmos naquela região. E um dos grandes problemas que tem lá, são os cortiços. Abaixo a Mooca, pegando aquele pedaço com a Av. do Estado, até Piratininga, Presidente Wilson, com muitos centros de cortiços, temos para dentro do bairro na Rua Dom Bosco, Rua Ana Neri, na Oscar Horta. Na Rua Coronel Cintra, Barão de Jaguará, na João Antonio de Oliveira, há muitos cortiços nas

transversais. Estamos falando da principal que é a Rua da Mooca, e o levantamento que temos lá não bate com esse número. É bem maior. O número que vocês colocaram aqui é 585. Está certo?

R – Não, temos naquela região 1.110, é que há vários perímetros aí, nobre Vereador Juscelino Gadelha. Podemos olhar...

O SR. JUSCELINO GADELHA - Estou falando da Mooca Baixa. Não estou colocando a parte de cima, estou colocando a parte de baixo mesmo.

R – Aí, podemos atualizar, com certeza, esse número.

P – Então, acho legal fazermos um cruzamento de informações com a Sehab Centro, que fez o levantamento. Eles não entraram em todos os cortiços, só nos mais aparentes, aqueles em que o esgoto está para foram, em que as crianças não têm escola. Todo esse levantamento foi feito, está muito bom, tem até um livrinho com a Subprefeitura da Sé e também Sehab Centro. Então, esse número que estamos discutindo lá não bate com o daqui. Por isso, estou te dizendo que tenho certeza do que estou falando. A discussão de 584 famílias basicamente é um cortiço. Há cortiços muito grandes lá, são antigos prédios, aqueles casarões enormes. Se você for falar isso, é basicamente um cortiço o que estamos discutindo aqui. Se pegarmos a região central, é a terceira que tem menos. A Diagonal Sul que você falou é a que pega aquela parte da Mooca, de cima, no meio da São Carlos...

R - Avenida do Estado para a direita.

P – Desse aqui não tenho levantamento, não sei, mas o levantamento que fizemos na baixa Mooca levou quase dois anos de trabalho. Algumas já conseguimos tirar por meio da Sehab. Muito pouco, porque não havia recurso e fomos administrando. O conceito aqui está muito baixo.

R – Tudo bem. Podemos, em uma reunião com o Alôncio, que é o nosso diretor, desenhar e ver exatamente esse número. Esse número já foi conferido com a Secretaria, com a CDHU, com os movimentos, e estranho essa divergência. Mas você está com eles, você

mora lá, conhece...

P – Eu não moro mais, mas minha mãe mora. Estou lá, conheço tudo. Estou há cinquenta anos lá.

R – Então, nós sentamos, sem problema, para verificar onde há divergência. Se tiver que inserir a mais, antes da aprovação, acho melhor, porque aí já contemplamos... Em relação ao que consideramos cortiço, Juscelino, vale lembrar que temos o mapa de cortiços e, desse levantamento, temos mais ou menos 12 mil pessoas, 11.800 pessoas morando em cortiços. Só que sabemos que existem cortiços na Cidade inteira, e não temos esse levantamento preciso. Para contornar esse problema, porque sabemos que não adianta contratar um censo de cortiço hoje, em 2011, porque em 2012 ele vai estar desatualizado, pois o cortiço é uma realidade que muda muito rapidamente. Então, fizemos com base na fundação Seade um levantamento que estima cerca de 80 mil pessoas para a Cidade como um todo morando em cortiços. (Pausa) Mais de 80.

Essa distribuição é por região. Na região Centro teríamos 11 mil pessoas morando em cortiços e 69 mil morando fora, de maneira geral, na Cidade. Desculpem-me, são 11 mil domicílios. Não são pessoas. Temos, estimativamente, 890 mil domicílios em assentamentos precários – favelas, loteamentos e cortiços.

Dessas 890 mil pessoas, estimamos que 133 mil tenham a necessidade de ter um domicílio novo, a sua casa teria de ser substituída, ou porque é muito precária ou porque está em área de risco, enfim.

Aqui é o mapa das sub-bacias hidrográficas, por prioridade. Nós também fizemos uma avaliação dos recursos institucionais, que os senhores verão ainda no capítulo 3; dos recursos financeiros que nós temos. Temos hoje a possibilidade de ter 1,5 bilhão por ano para gastar com aporte de recursos estaduais e federais. Isso tudo está no capítulo 3.

Fizemos também o levantamento dos recursos legais que amparam nosso trabalho. Em termos de legislação, temos inúmeros recursos que nos permitem fazer a regularização

fundiária, enfim, que consigamos adquirir terrenos. No entanto, o nosso grande gargalo – todo mundo sabe – para a produção de habitação é a terra urbana num preço acessível ao nosso padrão.

Criamos cenários de crescimento demográfico e crescimento econômico. Como os senhores podem ver neste quadro, a nossa previsão é de que haja um crescimento, até 2024, de 770 mil novos domicílios, que serão distribuídos nas faixas de renda de zero a três salários mínimos; de três a seis salários mínimos; de seis a dez salários mínimos; e acima de dez salários mínimos, de acordo com os cenários econômicos.

Se houver um cenário de estagnação, esse crescimento se concentrará nas faixas mais baixas. Se a hipótese for de crescimento, este se concentrará nas faixas mais altas de renda. Isso é só para termos uma ideia de quantos domicílios vamos precisar construir.

Até seis salários mínimos, teríamos de construir 480 mil novas unidades até 2024. Se considerarmos até dez salários mínimos, teríamos de construir 600 mil, mais 133 mil daquele déficit atual e mais 90 mil de coabitação indesejada, enfim, teríamos de construir, até 2024, mais 800 mil novas unidades.

Esse crescimento demanda uma quantidade de terreno, de recurso fundiário, muito elevada, que não temos a perspectiva de ter hoje.

Partiremos para os planos de ação regional, que estão anexados aqui. Esta é a região dos mananciais, aqui estão as sub-bacias hidrográficas com os perímetros de ação integrada.

Num primeiro mapa, está a situação atual com todos os assentamentos e número de famílias; e num segundo mapa, os perímetros de ação integrada distribuídos nos quadriênios.

Para cada um desses perímetros, tem uma planilha correspondente contendo: o nome do perímetro de ação integrada, todos os assentamentos que compõem; se ele é um loteamento, se é uma favela; o que é necessário fazer: se ele tem de urbanizar, emitir o Auto

de Regularização, regularização fundiária; o número de domicílios, o número de remoções necessárias, o valor da intervenção; e se ele está no primeiro, ou no segundo, ou no terceiro quadriênio, assim por diante.

Neste caso, nesse primeiro perímetro, ele está distribuído entre o primeiro e o segundo quadriênio e outra parte no terceiro. Em linhas gerais, o plano se resume a esses quadros que estamos apresentando aqui. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário na Secretaria.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Estou atuando também na região Norte, onde há o parque linear do córrego do Bispo, na região Norte: Cabo Sul de baixo. E aqui está dizendo: 39.392 famílias.

Estamos fazendo reunião só pelo Córrego do Bispo? A área lateral esquerda do córrego está toda ocupada, e a lateral direita está dentro do Horto Florestal. E está escrito nesse córrego Cabo Sul de baixo: 39.392 famílias. Inclusive fizemos audiência pública aqui na Câmara para discutir sobre isso.

A SRA. TEREZA - A bacia, como um todo, tem 39.392 famílias, mas há vários perímetros. No Cabo Sul de baixo, há vários perímetros. O perímetro nº 09 é o Córrego do Bispo, onde há uma favela a remover. E outra favela a remover está no Futuro Melhor. É isso?

O SR. JUSCELINO GADELHA – É exatamente isso, porque, na verdade, as pessoas que moram lá sabiam que iria acontecer algo, mas não sabiam o que era. Fomos à Secretaria, pegamos todo o mapeamento, as plantas, e demonstramos a eles o que iria acontecer lá.

E estou falando de um trecho pequeno, onde a população está mais organizada, porque o resto da população que mora lá está inteiramente desinformada do seu futuro. Então, queremos abrir uma discussão com eles e mostrar que haverá uma melhoria de qualidade de vida para eles, tirando eles da beira do córrego, oferecendo moradia de melhor qualidade.

A senhora tem como informar por onde inicia esse projeto?

A SRA. TEREZA - Esse projeto está previsto para o terceiro quadriênio, porque é uma remoção complexa e, infelizmente, eles ainda precisarão aguardar mais uma gestão para que durante esse período se prepare o projeto e o local de reassentamento dessas famílias.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Não, mas o projeto está pronto já.

A SRA. TEREZA HERLING - Sim, mas a aquisição de terreno e tudo o mais ainda.

P - Não tem dinheiro na verdade, não é?

R - Não e não tem previsão.

P - Orçamentária.

R - O que aconteceu com todas essas programações? O que ficou em primeiro e segundo quadriênio? Quem estava em risco 3 e 4.

Os riscos geotécnicos da Cidade de São Paulo são classificados em 4 tipos. Os de número 3 e 4 são os de risco mais alto. Então, puxaram toda a programação para o primeiro e o segundo quadriênios, restando aos demais ficar em nível 3 e 4, por isso que o córrego do Bispo que ainda não tem esse grau de risco ficou para o terceiro quadriênio. Ele é uma área de alagamento, complexa e, com certeza, as pessoas ali precisaram sair, mas, agora, não tem área de assentamento, por isso eles permanecem ali.

P - Já compreendi. Obrigado.

Uma outra situação, mas um pouco mais no extremo Norte, que já é divisa com Guarulhos, tipo Jardim da Felicidade, Hebron, toda aquela região, pega o Cabuçu de cima, por exemplo, são 29.194 famílias. Isso corresponde a essa região que...

R - A todo Cabuçu de cima. O perímetro certinho do Jardim Ebron, posso procurar aqui.

P - O Jardim da Felicidade, Corisco 1, Corisco 2, já vejo ali no slide.

Nossa preocupação é que essa região é uma das regiões que tem o IDH mais baixo da Cidade de São Paulo.

R - Esse entra na prioridade de primeiro e segundo quadriênios.

P - Essa área ali possui muitos deslizamentos, essa coisa toda. Aqui tem prioridade? É antes? Como está a situação desse local?

R - Ele está no primeiro e segundo quadriênios.

P – Então, confere a informação?

R – É, confere.

P - Quando começar a desenvolver essa proposta, inicia-se por aí?

R – Olha, esse Cabuçu de cima é uma área prioritíssima lá para a Secretaria. Já tem projeto contratado através daquele concurso que foi feito para a Cidade toda. Ele é o que está começando agora.

Esse projeto será discutido, inclusive, o Cabuçu de cima como um todo. Os perímetros 8, 9 e dez, também o 7, eles farão toda uma discussão, montarão um conselho gestor maior por perímetro. A discussão já está acontecendo. Os conselhos gestores já estão sendo montados para acompanhar o projeto e a licitação de obras que deve correr logo. Ali tem os riscos 3 e 4, por isso é uma área prioritária.

P – Porque estou lhe fazendo essa pergunta? É que estamos atuando lá já há algum tempo e nossa preocupação vem ainda do fato de tudo isso ter sido loteamento clandestino e já executado. Os grileiros fizeram, as pessoas pagaram, há pessoas que pagaram até 2 ou 3 vezes pelo mesmo lote, uma desorganização completa. As ruas inteiramente estreitas, não passa ônibus e nem carro. É bastante complicado. Quem conhece aquela região sabe que é difícil.

Mas, veja bem, para o Poder Público atuar lá, com água, luz, escola e posto de saúde, enquanto que as pessoas não podem estar ali, então, precisa dar uma freada nisso, ou seja, o Poder Público pode segurar um pouquinho, até para a remoção dessas pessoas primeiro, ou deixá-las, mas de forma organizada – com a construção de alguns prédios, por exemplo.

Bom dia, Presidente da Comissão Antonio Carlos Rodrigues, Vereador Celso

Jatene.

Continuando. Nesse sentido, faço uma pergunta. O Poder Público está muito forte lá, com a construção do parque linear; com a inauguração de um AMA; também inaugurou escola e igreja; nas propostas dos hospitais tem um a ser construído um pouco mais para cima; todas áreas problemáticas, que sabemos serem 1 e 2?

R – Não, 3 e 4, que são os piores.

P – Então, riscos 3 e 4, mas tudo isso acontecendo, inclusive investimento em asfalto, quase todas as ruas tiveram melhorias, quer dizer, as pessoas estão recebendo essa melhoria de qualidade de vida. Mas, aí vem uma proposta do Executivo de atuar na retirada daquela população.

Portanto, quero saber se vai haver uma parada nesses investimentos da Subprefeitura?

R – A partir da constituição dos conselhos gestores por perímetro, a ideia é que a participação do Poder Público seja mais suficiente.

Antigamente havia dez conselhos gestores, sendo 1 por favela, e agora teremos 1 por perímetro. Assim, a Subprefeitura estará presente explicando sua atuação como um todo naquela região.

Como há 3 perímetros prioritários por conta do risco e tendo investimento pesado da Secretaria de Habitação, a ideia é que essa articulação seja mais eficiente.

Precisamos ser muito eficientes - e digo assim nós – mas a Prefeitura precisa ser realmente muito eficiente, pois sofreremos o impacto do Rodoanel já no ano que vem. E o Rodoanel passa por esses perímetros.

P – Passa.

R – Passa rasgando e a tendência, por incrível que pareça, é aumentar a ocupação, pois as pessoas buscarão a indernização do Dersa, como já tivemos, infelizmente, quando da abertura da Jacu-Pessego na região Leste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dona Tereza, duas perguntas conceituais dentro desse projeto.

Primeira, como foi definida a situação da coabitação? É um assunto que a Comissão de Política Urbana e seus técnicos têm acompanhado. Como foi feito esse levantamento?

O que temos de mais comum é que, numa mesma situação de habitação irregular, subnormal, da forma que encontramos - pois muitos Vereadores entram mesmo nas favelas - , ou seja, normalmente, não há um único morador, com esposa e filhos, mas também com netos, sobrinhos, tios, cunhados e mais alguém que está chegando. Então, como foi feito esse levantamento.

E, segundo, dentro dessa mesma situação, encontramos o que é a realidade de São Paulo. A Prefeitura de São Paulo tem um plano municipal, tem informações do Município e tem quem faz o cadastramento.

O Estado tem o CDHU, às vezes, está em convênio com o Município, e a mesma pessoa está cadastrada, e o próprio programa Minha Casa, Minha Vida, também tem, no cadastro, essa mesma pessoa.

Então, quando recebemos uma pessoa na Câmara Municipal – que vem até por ser mais politizada – ela possui cadastro no Estado, no Município e na União. Não há uma forma de se ter cadastro único?

Nós trabalhamos, na realidade, em cima de um cadastro absolutamente irreal, perto daquilo que encontramos de fato.

O Vereador Juscelino Gadelha encontrou um número de famílias enquanto a senhora dispõe de outro na região da Mooca.

Quando saímos por São Paulo, nos deparamos exatamente com isso.

Primeiro, mais gente da mesma família, portanto, famílias dentro da mesma casa. Então, esse número acaba não batendo.

Por outro lado, as mesmas pessoas inscritas em 3 programas.

Como tem solução para isso? Como foi tratada a coabitação e como é que podemos chegar a um cadastro único.

A SRA. TEREZA HERLING - Esse é o principal problema do plano, ou seja, saber dimensionar sua demanda.

Fizemos um trabalho conjunto com a CDHU e com o pessoal do Ministério das Cidades também.

A ideia é conseguir monitorar a nossa ação nos 3 níveis de Governo, e agora, no quarto nível, que será a região metropolitana também.

Iniciamos com o número que o Município tem de mais real, que é o cadastro dos assentamentos, e usamos essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Município vai encontrar em cima dessas informações?

A SRA. TEREZA HERLING – Tudo que é assentamento precário, por exemplo, favela, loteamento, cortiço, o Município está indo lá e consegue identificar o morador e aquele assentamento. Castra isso no habite-se. Então essa informação vem do Município. Mas tínhamos de alinhar também essa demanda difusa – como chamamos – e que não está no assentamento.

Então, a coabitação é um exemplo.

Usamos o dado do censo demográfico que apontou – e chegamos a esse número – de 94 mil famílias morando, sem necessidade, ou desejo de morarem juntas, e que gostariam de sair daquela coabitação. Esse dado vem do Censo e ele é adotado nos três níveis de Governo, de uma maneira que a gente pode bater os números. A CDHU vai considerar esse mesmo número aqui para São Paulo e o Ministério das Cidades a mesma coisa.

Agora o que a gente tem? A gente tem um censo de 2010 que vai ser publicado agora, estão sendo publicados paulatinamente os resultados, e a partir de abril de 2012 nós

vamos ter dados bem mais atualizados e aprofundados. Então o que combinamos os três níveis de Governo? Sentarmos e fazemos um trabalho conjunto, como já foi feito na projeção de demanda futura, para alinhar esse número. O que é coabitação em São Paulo, com base nos resultados do censo de 2010, vai ser feita uma metodologia conjunta de apuração desse número e a gente vai saber com mais precisão qual é a coabitação do município como um todo e nos assentamentos precários. Os dados do censo vêm georeferenciados, então a gente vai poder abrir quadra por quadra para saber quem mora lá, quantas pessoas. Então vai ser feito um trabalho bem bacana para revisão desse plano. Esse plano vai ser revisto no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Se a gente tivesse a oportunidade de ter na internet, pelo CPF, portanto, a pessoa não seria duas, seria uma só, não estaríamos todos num único momento, ou seja, eu vou transferir aquilo que sei fazer bem, medicina. Hoje nós não temos mais o gaiato que entra na frente da fila do transplante porque está na internet, ele sabe que ele é o décimo da fila. A não ser que haja uma emergência e alguém que é 11º ele acaba recebendo um rim ou um transplante na frente. Aqui também, a não ser que haja um solapamento, um deslizamento com chuva e tudo, aí nós vamos atender o risco quatro numa situação mais crítica. Então estaríamos dando transparência. O ensino on-line, eles disponibilizaram a vaga nas creches pelo e-oul, e ainda acha que não existe mais Ministério Público, não existe mais vigilância da sociedade e fala: “Eu queria colocar meu filho em frente daquela escola”. Aí você vai olhar e ele é o número 59 da inscrição. A gente diz: “Olha, a senhora não pode passar para ser a primeira”. “Mas eu sou amiga...”. Aqui não tem amigo, tem uma lei. Aqui a mesma coisa.

Eu estou colocando isso porque é o seguinte: o que esse pessoal mais tem é desconfiança, eles não acreditam na gente. Por quê? Porque historicamente, uma grande parte dos Parlamentares do país se elegeram em cima de movimentos populares, prometendo casa e a outra parte quase que também. Quando você chega lá, já prometeram para essa pessoa inúmeras vezes e aí existe o cadastramento oficial, existe um cadastramento que é feito nas

subs, que muitas vezes é feito até mesmo sem conhecimento oficial e existe também o cadastramento feito por pessoas que, mal intencionadas, querem vender prioridades. Nós já vimos listas dessas, na Brasilândia vimos recentemente. Enfim, quando você vai cadastrar alguém ela já imagina que está sendo contemplada daqui a pouco. Aí você diz: “A senhora está no terceiro quadriênio”. Aí o cara não sabe o que é quadriênio, mas aqui a gente já fez uma continha e daqui dez anos o caboclo vai ser chamado. Ele não acredita no processo e aí nós criamos uma dificuldade enorme.

Eu não sei como a gente pode aprimorar aqui, mas acho que a Câmara tem um papel importante agora, tem que tentar criar um cadastro unificado, por um número unificado, já que não temos um documento unificado no país, mas CPF nós teríamos, e poderíamos resolver melhor essa situação das coabitações.

Outro problema, Dra. Tereza, poucos conhecem, mas onde tem dinheiro? Tem dinheiro em operação urbana. E aí, tendo operação urbana o terreno é caro. O dinheiro vem, não se faz casa. Eu estou falando de 15 anos de mandato, nós não vimos habitação sendo entregue, Habitação de Interesse Social, a não ser aquelas que foram determinadas quase que judicialmente, não tem e o dinheiro fica guardado na Habitação gerando juro, engordando a conta e não vira habitação. E aí nós temos mais um problema: tem que ser no perímetro da operação urbana. Então, que legal, nós acabamos de ver aí uma boa ideia que foi: se eu trato uma favela eu tenho mais duas três pequenas do lado, eu acabo tratando agora, do jeito que a senhora mostrou, de uma forma macro, adensada, porque, caso contrário eu trato uma unidade de favela identificada, faço habitação aqui e ele continua tendo vizinho na favela, esse pessoal de cá excluído acaba criando uma relação muito difícil. O primeiro aqui que tiver condição financeira ele “compra”, entre aspas, a vaga do de cá e fica aqui, esse cara vai para o outro lado e vai buscar outra casa. Isso tem. Nós encontramos também esses papéis assinados, na periferia, aos montes.

Não seria o momento também da gente, nesse projeto sugerir ou criar na legislação,

que as operações urbanas que geram recursos para as habitações de interesse social e, portanto, aquela área já é muito cara, ela atende os 10% naquele local de Habitação de Interesse Social e determinar um percentual para que o lindeiro da operação urbana também seja contemplado, caso contrário nós vamos continuar tendo a história da Barra, gente rica morando ao lado de favela, ou classe A e B e ao lado E. É muito complexo isso, mas nas operações urbanas nós já identificamos isso, mesmo atendendo, o terreno é caro e aí aquele que é lindeiro vai ficar excluído porque praticamente ele está de cá da linha, se não está contemplado na linha não tem a casa.

A senhora acha que é possível, primeiro, criar um cadastro unificado e disponibilizá-lo na internet? Não por ordem de quem vai receber, mas quem são aqueles que foram cadastrados em São Paulo, para que a pessoa não faça três, quatro, cinco aquisições. Nós já temos campeonato de utilização, aqui ao lado, hoje, foi invadido um prédio, para quem não sabe, logo ao lado da Câmara. Aí vai sendo invadido ao lado da Câmara para chamar a atenção mesmo e é uma invasão que a gente não entende como necessária porque já vem sendo tratada. Essa é uma situação. E tentar criar uma situação também em lei, que possa intervir nos lideiros das operações urbanas, caso contrário vamos ficar com áreas tratadas e mantendo as favelas ao lado.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Deixe eu fazer um raciocínio e acompanhar o raciocínio do Vereador Paulo Frange. Acho que ele tem razão nessa situação, mas eu vou para o fundo dessa discussão. Muitas vezes tanto o estado quando o município resolve o problema da habitação, dá uma casa para a pessoa, tira o cara de uma posição e coloca em outra. Passa um tempo, essas pessoas vendem essa casa. Aí o que acontece? Volta para o barraco. Aí vai para uma região de risco e recebe de novo ou Bolsa-Aluguel ou uma nova casa. O que o Vereador Paulo Frange está colocando é que o cara não pode ter dois cadastros para receber de novo lá na frente, porque não adianta ele receber. Eu, particularmente, aqui na Comissão de Política Urbana a gente, neste ano, não está recebendo muita manifestação, mas no ano

passado nós recebemos muitas manifestações de movimento de moradia e aqui nós, junto com Sehab, conseguimos resolver o problema de habitação para muitas pessoas que voltaram aqui de novo. Eu disse: “Espera um pouco, você já recebeu sua casa. O que está fazendo aqui?”; “Eu estou na luta”. “Na luta não. Você vendeu sua casa e quer uma nova casa?” Eu acho que nesse sentido que o Vereador Paulo Frange colocou, que a gente poderia aprofundar, que a pessoa num cadastro unificado não tem direito a duas residências. O que vai fazer desse jeito eu não sei, porque eles recebem e vendem e voltam para o lugar de risco, muda de lugar, faz novo cadastro. Isso virou uma fábrica também. Talvez, se tivesse condições de acabar um pouco com isso, esse número poderia ter sido um pouco menor do que é.

Então, também alertando a Secretaria para buscar uma solução para dar uma trava aí também.

A SRA. TEREZA – O cadastro unificado ele já existe por lei, lei federal. Agora, a implantação dele ainda está deixando a desejar por conta de alguns organismos públicos não adotarem o CPF, que seria o número mais simples da gente adotar como referência.

O estágio dessa unificação eu não tenho como passar para os senhores, mas me comprometo a trazer na segunda audiência como está o andamento do cadastro unificado nos três níveis de Governo. O que existe hoje é uma checagem de duplo atendimento, não só internamente no município, como entre município e CDHU. Qualquer pessoa que chega lá na Prefeitura e diz que quer atendimento, a gente pega o CPF e bate e diz que já recebeu atendimento e não a menor condição de receber de novo, seja ele municipal ou estadual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – E da operação urbana tem como a senhora trazer?

A SRA. TEREZA – A gente pode estudar isso junto com o pessoal do Jurídico e analisar o que significa isso em termos da legislação municipal das operações urbanas, como alterar isso. Mas isso, com certeza, entrar como diretriz para estudar, isso já está anotado aqui e a gente vai incluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dona Tereza, uma última pergunta, depois quero passar para quem quiser se manifestar, nós temos no zoneamento de São Paulo algumas áreas que são lindeiras às ZPIs, Zona Predominantemente Industrial, e essas zonas predominantemente industrial não vão receber indústria nem hoje e nem nunca, primeiro porque o empresário não vai ficar aguardando chegar lá cabeamento, asfalto e as coisas. Eles já foram embora. Na zona Leste, por exemplo, Suzano, Itapeverica o pessoal vai embora mesmo, porque lá não vai chegar infraestrutura, e do outro lado da rua enormes edificações construídas com recursos da Caixa Econômica, mas estão todas vendidas e de cá temos as ZPIs, são áreas que não vamos usar, o Plano Diretor não prosperou, não conseguimos transformar essas áreas em outras situações, mas numa situação dessa, onde o interesse público está acima do interesse individual, de quem tem o terreno lá etc., com certeza nós poderíamos colocar, mesmo para o lado das regiões Oeste e Noroeste, onde nós vamos encontrar algumas áreas que são destinadas a algumas outras finalidades e que poderiam ter habitação e que não foram contempladas como ZEIs, mas que hoje poderiam ser contempladas. Passaram dez anos. Essa é uma situação que são ZPIs. As outras são situações de zonas que são tidas como rurais e nessas aqui em nenhum momento nós agrediríamos o meio ambiente no sentido de ocupá-lo lesando a área permeável, ou seja, manteríamos uma permeabilidade muito grande, muito maior do que nos outros perímetros da cidade e em outros zoneamentos, mas poderíamos ter Habitação de Interesse Social onde o terreno custa muito mais barato e poderíamos utilizar parcialmente, deixando áreas extensas de permeabilização nessa região para não ter que daqui a pouco gastar dinheiro com piscinão.

Veja, nesse programa, a possibilidade de consultar o Jurídico e tentar intervir. Podem dizer que o Ministério Público pode questionar. Sim, mas ele não vai questionar quando estamos contemplando muito mais o interesse público do que já está contemplado hoje, quando oferecemos uma coisa a maior, com certeza ele vai repensar essa situação.

A SRA. TEREZA – Isso também foi um diretriz do plano não indicar novas ZEIs por

conta de não entrar em conflito com a revisão, ou a elaboração de um novo Plano Diretor a ser feito a partir do ano que vem. Nós temos na equipe técnica um estudo já bastante avançado para a indicação não só de novas ZEIs de terrenos vazios, como de assentamentos precários, porque temos cerca de metade dos assentamentos fora de ZEIs e que eles precisariam estar em ZEIs para serem regularizados, principalmente os da área de manancial. Mas nós preferimos esperar e ser feito isso dentro de uma lei maior.

Agora, isso está também como diretriz do Plano que está sendo feito, é uma meta da Sehab apresentar essa revisão assim que o Plano Diretor for revisado, porque nós precisamos de terreno para 800 mil famílias, nós temos que arrumar terreno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos ouvir o Vereador Rolim e, em seguida, o Vereador Juscelino e, em seguida aqueles que quiserem se manifestar.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Dona Tereza, apenas para acompanhar seu raciocínio a respeito do Rodoanel. O Rodoanel você pega toda parte norte, que é para fechar o anel, e a gente está vendo que aqui vai pegar várias situações do traçado do Rodoanel. Aí você coloca que esse plano é um plano para alguns anos. Mas a questão do Rodoanel é para o ano que vem, o Governo do Estado já fez audiências públicas, nós já fizemos audiências públicas aqui na Câmara, a Comissão de Política Urbana já discutiu com o Estado a questão do traçado, como ficaria a questão do envolta no Rodoanel. Esse plano está contemplando também a prioridade da saída dessas famílias?

A SRA. TEREZA – Sim.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Porque rasga muito dessas comunidades.

A SRA. TEREZA – Todas as comunidades atingidas pelo Rodoanel estão previstas no primeiro e segundo quadriênio, não só pelo Rodoanel.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Segundo quadriênio? Você fala quanto tempo?

A SRA. TEREZA – É de 13 a 16. A próxima gestão. Todos os perímetros atingidos pelo Rodoanel estão nesses quadriênios, de agora até a próxima gestão eles vão ser

atendidos. Já estão sendo atendidos porque já estão sendo elaborados os projetos e tudo o mais. A gente tem feito reuniões com o DERSA para evitar que ele se antecipe à oferta de indenização, porque o que a gente calcula como três mil pessoas morando ali pode subir para seis ou oito mil, porque é lógico: “Eu vou receber um apartamento de graça? Eu vou lá também”. Isso pode ter um efeito nefasto sobre a Cantareira. Então a gente tem procurado fazer essas tratativas com o DERSA da melhor forma possível. E essas áreas também estão no primeiro e segundo quadriênio por conta dos riscos. É aquela região mais íngreme da cidade, com mais risco geotécnico, então não tem como. A zona Norte foi bastante contemplada nesse ponto.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Então isso aqui não está no orçamento para o ano que vem? Não tem nada para o orçamento para o ano que vem?

A SRA. TEREZA – Eles já estão no orçamento desse ano... Eles estão no primeiro quadriênio, que vem de 2009 até 2012, que é o último ano de gestão, que é o ano que vem, e na próxima gestão, 2013-2016, esses investimentos vão ser continuados. Alguns perímetros que não têm obras já estão em projeto, mas todos eles estão contemplados.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Só para colocar, como moro lá, a fiscalização está pesada. A Polícia Florestal pesada, a andança de helicóptero, acompanhamento por satélite, realmente estão – pelo o Estado – com uma fiscalização muito pesada porque sabem que se deixar ocupar é prejuízo no bolso deles, porque vai ter que indenizar duas ou três vezes as mesmas pessoas, ou pessoas eu vão levar família, amigos, pai, mãe, irmão e tudo o mais. Quanto a isso eles estão realmente fazendo uma operação de guerra. A gente vê helicópteros passando, sabe de informações de satélite, sabe que qualquer coisa, derrubou uma árvore já tem fiscalização em cima, eles estão jogando muito pesado na questão do controle de fato. Você tem razão, existe essa questão de unificação do projeto, do Plano de Habitação junto com o trabalho do Rodoanel?

A SRA. TEREZA – A gente procura fazer essa integração. Sabe, Vereador

Juscelino, nem sempre as coisas são as mil maravilhas, porque, lógico, o pessoal do DERSA tem muita pressa, querem abrir logo a frente de obra porque eles precisam inaugurar isso antes de 2014. Ali a sociedade vai ter que monitorar muito isso mesmo. Acho que os senhores aqui poderiam chamar audiências para discutir como está o Plano de Habitação em consonância com o DERSA, chamando todos os atores. Acho que esse é um debate que vai valer a pena.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Para ter o controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos passar a palavra ao Eduardo Margi.

O SR. EDUARDO MARGI – Eu ouvi a explanação, uma metodologia interessante, mas eu acho que ela está ainda muito dispersa, porque eu acho que temos em São Paulo, assim como em qualquer cidade, um crescimento como uma ameiba, que se espalha.

Infelizmente São Paulo cresceu em cruz. O transporte foi caminhando para mais longe, de um lado, de outro, para cima, para baixo, principalmente para baixo, na região sul, e eu gostaria que tivéssemos um mapa da exclusão de infraestrutura nos bairros de São Paulo.

Existem bairros que não veem obras há mais de 80 anos! E pegam seus impostos. E estão do lado do Ibirapuera; não estão longe, não. Inclusive com enchente. A região sudeste está espremida entre a leste e a sul. Inclusive em termos de orçamento, nós somos consideramos como zona sul, e não sudeste. É Sul 1 – Sul 2. E na hora do orçamento é sul.

Temos uma vergonha no principal sistema viário da cidade: um alagamento em frente ao Tribunal de Contas do Município. Uma área toda impermeabilizada, de dois bairros que estão engessados. Não existe especulação imobiliária lá, então não se faz nada. Só se faz coisas onde tem operações urbanas, para espoliar as pessoas que moram no local para mais longe, para fornecer mais transporte, a maior distância.

Então gostaria que a gente tivesse uma situação mais bem definida, porque estou cansado de pagar imposto e ver esse dinheiro ser aplicado no risco 4, a que eu pertenço, aqui no Centro.

É muito boa a metodologia, bem explanada, e tal, mas, de repente, a escala de

prioridade tem que considerar uma cidade crescendo do centro para fora. Vocês querem fazer uma cidade esmagando-a, fazendo da periferia para dentro da cidade. Acho que aí vamos estar sempre consertando o pior, e deixando para trás aquilo que vai ficando.

Eu estou falando do Bacia do Córrego Paraguai, que nasce atrás da Igreja São Judas. Não existe intervenção alguma. Falo em bacias. Temos lá o Zoológico e o Jardim Botânico jogados às traças. Temos populações na Miguel Stéfano. Praticamente o caminho de entrada para o Zoológico e para o Jardim Botânico foram rachados por duas subprefeituras. Fizeram essa cidade em retalhos – cada subprefeitura é um retalho. No Plano Diretor eu fui bem claro: não podia ter mais do que oito subprefeituras, senão iríamos perder a característica regional e metropolitana da Cidade.

Nobre Vereador Paulo Frange, gostaria que entrássemos numa nova, porque senão vamos criar apartheids na nossa cidade. O Pacaembu já está mostrando isso, já está dizendo que quer só esporte lá no Pacaembu.

Onde nós vamos ter, em 2012, Copa? Vereadores querem ser Copa? Perguntaram para a Cidade se ela quer ser Copa? Aposto que a maioria das pessoas do Pacaembu vão dizer que não, que não querem.

Querem fazer de São Paulo minis Alphavilles espalhadas, sem característica metropolitana. Nós não somos metrópole, somos a terceira maior cidade do mundo, e estamos cuidando dela por retalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Tereza.

A SRA. TEREZA HERLING – Na verdade, Eduardo, o Plano Municipal é de habitação. Entendo a sua colocação. Acho muito importante que a gente sempre tenha em mente fazer a articulação das intervenções. Mas, dentro do quadro institucional, de articulação de recursos federais, estaduais e municipais, o arranjo que se colocou é que o Município vai investir prioritariamente naquela habitação mais precária.

A CDHU e o Ministério das Cidades, através da Caixa, vão investir na produção de novas unidade. Lógico que tudo isso será articulado com uma grande necessidade que a gente tem de melhorar a infraestrutura não só viária, mas principalmente a infraestrutura de coletores-tronco de esgoto, que é o nosso ponto fraco.

Apesar de termos uma rede coletora muito grande – vastas área da Cidade são cobertas por rede de coleta de esgoto –, a gente não conduz esse esgoto ao sistema de tratamento.

Então o Município decidiu olhar para essa questão do saneamento básico, associado à requalificação do que a gente chama de cidade informal, que, por uma questão de desenvolvimento urbano, foi se colocando na periferia. Então o plano não quer trazer a periferia para o centro ou vice-versa. Não existe essa dicotomia na nossa visão, mas existe a necessidade de atender os mais necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Encerrada audiência pública do PL 509/2011, do Executivo, que institui o Plano Municipal de Habitação Social da cidade de São Paulo.

Vamos retomar rapidamente ao PL 509/2011, que não tivemos a oportunidade de ouvir o Executivo, e, portanto, cancelamos. O projeto institui o PL 470, projeto estratégico de intervenção urbana do Parque de Eventos da Expo São Paulo – Pirituba-Jaraguá.

Nós apenas ouvimos algumas manifestações das pessoas. E eu gostaria muito de ouvir o nosso major Luiz Augusto Gonçalves Aguiar, que aqui represente o Comandante PM Wellington Luís Dolivan (?), não só pela disponibilidade de vir aqui, mas para dizer o tanto que o senhor é querido nesta Casa, por já tê-la servida. Nós sabemos da sua competência. A questão que nós colocamos aqui é que nós não deveríamos prosperar com esse projeto em hipótese nenhuma sem ouvir vocês, que vão ser atingidos no peito. E nós gostaríamos muito que a Polícia Militar não saísse de São Paulo; ficasse aqui pertinho da gente. E estamos preocupados, porque já tem gente falando que vão levar vocês para depois de Caieiras, depois

de Cajamar. Queremos que vocês fiquem aqui conosco.

Para essa história não ficar como conversa de corredor, nós gostaríamos muito de ouvir o que já tem tratado até esse momento, para que a gente possa, como Câmara, defender. E aqui tem uma defensora de vocês também, a Cleide, que está sempre presente nesses assuntos.

Vamos ocupar uma área que é de vocês, mas queremos que vocês não saiam da cidade de São Paulo.

O SR. LUIZ AUGUSTO GONÇALVES AGUIAR – Bom, queria cumprimentar o Vereador Paulo Frange, Presidente da Comissão de Política Urbana.

Realmente o projeto impacta bastante a região. E a Polícia Militar, preocupada com a manutenção da segurança pública, a segurança primária, a salubridade e, principalmente, o policiamento preventivo, certamente vai adotar outras medidas, para contemplar a grandiosidade desse projeto.

Eu atuo diretamente no 49º Batalhão, que fica sediado dentro da área prevista para a instalação do centro de ventos. E por uma questão até legal, mesmo que o Batalhão seja deslocado da sede atual, ele vai continuar naquela região de Pirituba-Jaraguá-Perus. Desse limite o Batalhão não vai poder ter sede em outro lugar. Pode ser até que pela necessidade do empreendimento, a sede do Batalhão tenha de ser mudada de localização, mas vai ter que ficar dentro dessa área, que a área de circunscrição da atuação do Batalhão.

A questão do empreendimento e a segurança pública é um debate importante, interessante, que a Polícia Militar quer aproveitar a oportunidade para que esse projeto, já desde a sua concepção, antes mesmo de sua implantação, já leve em consideração aspectos importantes que podem favorecer a segurança pública, para que a gente não tenha que usar aquele jargão “correr atrás do prejuízo”. Afinal de contas, não é uma medida inteligente correr atrás do prejuízo. A gente corre atrás do lucro; foge do prejuízo.

Então gostaríamos, como instituição, de poder participar desse debate com a

comunidade, com as autoridades incumbidas do projeto, para que sejam viabilizadas alternativas, soluções arquitetônicas, urbanísticas, que levem em consideração as atividades, o funcionamento e o uso daquele novo espaço público, e que facilite o trabalho da Polícia Militar em proporcionar segurança pública, sempre tendo em vista o cidadão usuário desse equipamento público.

Por isso eu vim. Vi na agenda a audiência pública. O Cel. Wellington está com outros compromissos. E nós, do Batalhão, estamos muito mais a par de boatos, de informações contraditórias.

Uma hora, a Escola Superior de Soldado, que é uma estrutura grande para formar 2.500 soldados, vai perder a sede. Outra hora, é o clube, é o bairro. Então estamos ouvindo muitos boatos, mas queremos acompanhar o projeto, e a implantação, se possível.

P – Major, nasceu lá no Conseg Lapa, numa das reuniões, uma ideia que partiu de lá e que trouxemos para a Câmara, e que foi apresentada de forma informal, na sala da Presidência.

O Cel. Camilo ficou de tratar conosco no Plano Diretor uma discussão que envolvia o reordenamento, o planejamento da Polícia Militar, à medida que vamos implementando novos equipamentos públicos ou privados em algumas regiões.

Por exemplo, uma bruta universidade para se instalar numa determinada região vai precisar de um contingente maior. Só que essa obra ficará pronta em dois anos, e nós não formamos um policial militar bem qualificado nesse mesmo tempo.

Então temos um projeto, que certamente é para uma década, até duas. Então aqui está o momento em que nós poderíamos travar esse diálogo – e por isso é extremamente importante a presença de quem gosta do assunto – junto com a Polícia Militar, para planejar como vamos oferecer segurança preventiva, tratada com responsabilidade, para uma região que vai receber turista do exterior. Vem juntos bons e maus elementos, vem junto a droga, vem junto a prostituição, enfim, muitas situações.

Visitei esses mesmos espaços em outros países, e não é tão tranquilo assim quando se fala de eventos internacionais. E essa política tem que ter uma formação com qualificação específica para esse assunto. Não é a mesma polícia que faz fiscalização e acompanhamento de áreas aeroportuárias que tem de tratar esse assunto. Não é a mesma que entra em determinadas situações de favela que vai ter de tratar uma área dessa. Tem de ter uma formação específica.

Achei que hoje teríamos uma oportunidade muito grande de tratar esse assunto. Mas acho que mesmo que esse projeto tenha tramitação, nos aspectos do uso e ocupação do solo, essa discussão do planejamento, aproveitando a boa vontade e o conhecimento que tem hoje a Polícia Militar desse assunto, para que pudéssemos tratar esse assunto com inteligência, qual seja: o ordenamento urbano e o equivalente em contingente para cuidar.

Não sei como está esse processo, como é a visão da Polícia Militar hoje. O senhor é um homem bem preparado, e com certeza tem informações. Mas a nossa segunda preocupação é física: não podemos deixá-los longe desse espaço, porque hoje vocês estão no epicentro desse espaço.

R – Perfeito. O senhor retratou bem a situação, Vereador. E eu acho que o ganho aqui foi estabelecer esse link entre a comunidade, a polícia e o Legislativo, através da Comissão de Política Urbana.

A Polícia quer seguir o caminho que a CET já conseguiu no Município de São Paulo, que é uma legislação que lhe garante até o poder de veto nos projetos urbanísticos que tenham um impacto. No caso do trânsito, é o polo gerador de tráfego. Então a CET já, de conhecimento do projeto, exigem medidas que venham a mitigar, minimizar esse impacto que o cidadão vai sofrer, e não só o cidadão daquela região diretamente, mas o cidadão paulistano em si, porque vai, de uma forma outra, afetá-lo, mesmo que indiretamente.

Então a Polícia, no meu entendimento, e no entendimento de muitos oficiais, precisa caminhar nesse sentido: ter uma legislação que a par e passo, até a legislação

referente à concessão de alvará de funcionamento, possa exigir do empreendedor, e possa se preparar para que essa obra, esse empreendimento, essa nova atividade traga o menor prejuízo possível para o cidadão no âmbito da segurança pública. E pensando segurança pública que até o congestionamento pode ser um ambiente favorável ao infrator, ao transgressor da lei. Então se o trânsito flui, se as pessoas têm como transitar, e viver com menor impacto, vai ficar mais fácil para a Polícia garantir a segurança do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Major, no caso da Companhia e do trânsito, na lei ficou bem claro que 2%, no mínimo, e 5%, no máximo, do valor do empreendimento tem de ser destinado para medidas mitigatórias equivalentes. E hoje vem sendo cumprido. Então agora, depois da lei, ficou mais claro, porque antes havia muita subjetividade, e os valores não eram compatíveis, nem mesmo as obras eram implementadas.

Aqui, a discussão culminaria naturalmente na criação de um fundo específico, não para remuneração do policial militar, que é responsabilidade do estado, mas nós não tratamos essa situação apenas com remuneração. Temos problemas com viaturas, manutenção, implementação de equipamentos novos, câmaras de segurança, enfim, envolve toda uma situação que não precisaria sair de outro bolso, senão daquele que está gerando o polo de “insegurança” para que nós pudéssemos mitigar. Essa era a proposta que gostaríamos de discutir.

Vou aproveitar a presença da Cleide. Quem sabe você possa juntar os Consegs, para que ele pudesse trazer a cúpula, a inteligência da Polícia Militar, e mais a Comissão de Política Urbana, Segurança, o que nós temos aqui, para que pudéssemos tratar desse assunto, que, ainda que por enquanto em sonho, com certeza se traduzirá naturalmente em materialização dentro de um espaço de tempo curto ou médio.

Então peço para que depois o Conseg Lapa, que está presente, possa entrar em contato e manter esse alinhamento, já que são próximos, para que possamos trazer para o plenário da Casa uma audiência em que a gente possa tratar desse assunto nessa perspectiva.

Senão nesse projeto, mas num projeto em que possamos juntar o Sr. Prefeito e o Governador numa situação de receber esse material para que seja analisado tecnicamente.

Agradeço muito a sua presença, major Luiz. E, mais uma vez, dizer que esta Casa não esqueceu dos trabalhos que o senhor prestou a todos aqui, e até hoje presta à cidade de São Paulo e ao Governo do Estado de São Paulo.

Estão encerrados os trabalhos.
